

Chacina faz aumentar o clamor pela reforma agrária

Senadores de diferentes partidos debatem solução que evite a repetição de conflitos como o que resultou na morte de trabalhadores rurais sem terra no Pará



Fogaça destaca papel do BB

Inadimplência no BB é crime, acusa Fogaça

O senador José Fogaça (PMDB-RS) destacou o papel do Banco do Brasil no sistema financeiro nacional, alertando que é um crime que se comete contra o país o não-pagamento de dívidas para com aquela instituição financeira.

Conforme o senador, o depoimento prestado semana passada na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, pelo presidente do banco, Paulo César Ximenes, serviu para reforçar sua convicção de que a inadimplência junto ao BB deve ser tratada com a seriedade de quem defende o interesse nacional.

Segundo Fogaça, o BB não é apenas um banco de fomento para diversos setores da economia, mas também uma instituição que tem papel estratégico no sistema financeiro nacional. "Possuindo 30% do mercado, dá uma garantia de liquidez ao sistema", observou.



Benedita (E) e Marluce: em defesa dos índios brasileiros

Senadoras defendem melhores condições de vida para os índios

A melhoria das condições de vida dos índios brasileiros foi defendida pelas senadoras Benedita da Silva (PT-RJ) e Marluce Pinto (PMDB-RR), em pronunciamentos alusivos ao Dia do Índio, comemorado na sexta-feira.

Marluce Pinto afirmou que o governo não pode limitar sua ação em favor das nações indígenas apenas à demarcação de suas terras. Para ela, é preciso garantir aos índios melhores condições de vida, o que significa apoio nas áreas de saúde e educação.

Benedita, por sua vez, denunciou a "falência do Estado brasileiro no trato com a questão indígena". Segundo ela, dos 3 milhões de índios de diversas etnias que viviam no país na época do Descobrimento, apenas 10% da população original sobrevivem.

De acordo com a senadora

do PT, o Decreto nº 1.775, que concede o direito do contraditório em relação às terras indígenas, representa a negação de todos os avanços sociais nesse sentido e pode levar os índios brasileiros à extinção. Ela considerou o ministro da Justiça, Nelson Jobim, respon-

sável pela nova e "confusa" legislação.

Marluce considera fundamental que os índios tenham acesso aos frutos do progresso econômico e social e possam conviver, em alguns casos, com as comunidades não indígenas. "Caso contrário, estabeleceremos o isolacionismo", notou.

Para Marluce, os índios brasileiros "não podem ser objeto de interesse de alguns que pretendem mantê-los como se mantêm uma reserva ecológica, objeto de exibição, como se apenas fossem parte da fauna", sem direito à sua cidadania.

Benedita critica decreto e Marluce defende integração

Senadores de diversos partidos ocuparam a tribuna na sexta-feira para defender a reforma agrária como saída para evitar novos conflitos como o ocorrido quarta-feira no Pará. O líder do PSDB, Sérgio Machado, conclamou a sociedade e os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário a se unirem nesse sentido. Casildo Maldaner afirmou que a solução é desenvolver o interior do país. Ernandes Amorim acusou o atual governo de desprezar a questão agrária. Bernardo Cabral disse que os três poderes não estão isentos de culpa pela tragédia do Pará. Já Lúcio Alcântara garantiu que o governador Almir Gabriel não pode ser responsabilizado pelo episódio - que José Roberto Arruda considerou fruto da acumulação de problemas sociais. Lúdio Coelho, por sua vez, questionou a legitimidade do movimento dos trabalhadores sem terra. **Páginas 2 e 3**

Senadores debatem Brasília

O papel de Brasília, que completou ontem 36 anos, foi debatido sexta-feira, em plenário, pelos senadores Júlio Campos e José Roberto Arruda. Campos denunciou a "favelização" da capital federal, enquanto Arruda lembrou que a verdadeira vocação da cidade é promover a interiorização do desenvolvimento. **Página 4**

Jonas defende prazo maior para dívida



Jonas

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) pediu sexta-feira ao governo federal tratamento diferenciado para o alongamento das dívidas

agrícolas, através da ampliação do limite de R\$ 200 mil para a securitização, de modo que os produtores rurais que devem quantia acima desse valor possam quitar os débitos com juros de 3% ao ano, pelo mecanismo da equivalência-produto.

Para o senador, a securitização nos moldes acordados, apesar de contemplar um universo de 220 mil produtores, possibilitará o alongamento de apenas 26% da dívida existente, deixando de lado cerca de 74% do seu montante. Ele afirmou que 3/4 da dívida do setor agrícola não serão contemplados no processo de securitização e somente poderão ser alongados após as negociações com os agentes financeiros, com taxas que atingem 35% ao ano, em condições incompatíveis com a capacidade de pagamento e a própria lucratividade do setor.

Conforme Jonas Pinheiro, em Mato Grosso o endividamento do setor agrícola em dezembro de 1995 foi de R\$ 2,5 bilhões, representando 48% do PIB do estado.

CHACINA NO PARÁ

Líder do PSDB prega união pela reforma agrária

Para o senador Sérgio Machado, esse é o grande projeto do governo FHC

O líder do PSDB, senador Sérgio Machado (CE), afirmou que toda a sociedade e os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário devem unir-se para acelerar a execução da reforma agrária, "que é o grande projeto do governo Fernando Henrique Cardoso".

O senador fez a defesa da reforma agrária ao comentar o massacre de trabalhadores rurais, no sul do Pará. Ele disse



Machado

que a reforma agrária é um desafio para todos, que o Congresso tem que fazer a sua parte e que a questão é social, não devendo ser usada para fins políticos.

Sérgio Machado disse que a violência é inadmissível e que os culpados pelo massacre têm de ser punidos. Ele registrou a posição do governador do Pará, "que repudia qualquer ato de violência e tem um estilo democrático".

Lúdio Coelho questiona ação dos sem-terra

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) questionou sexta-feira, em plenário, a legitimidade do movimento dos sem-terra ao fecharem

uma rodovia no Pará, impedindo o livre trânsito das pessoas, o que acabou gerando a chacina de Eldorado dos Carajás.

Quando a polícia foi cumprir sua missão de desobstruir a rodovia, vimos pela televisão os nossos irmãos brasileiros correrem de foice, faca e revólver atrás dos policiais. Depois culpamos os policiais por tudo o que acontece. É sempre assim. Quando os policiais enfrentam marginais, eles são culpados de violência - disse.

MOEDA PODRE

Depois de destacar que nem sempre os sem-terra são pessoas que querem terra para plantar, Lúdio Coelho lamentou que o governo esteja tentando fazer uma reforma agrária sem gastar dinheiro, oferecendo moeda podre (Títulos da Dívida Agrária - TDAs) na desapropriação de terras. "Um governo que se preza não emite documentos podres, que não serão honrados. Não é por aí que vamos atingir a verdadeira reforma agrária", afirmou.



Lúdio Coelho

Amorim diz que governo despreza questão fundiária

O senador Ernandes Amorim (PMDB-RO) criticou sexta-feira o posicionamento político do governo FHC diante do problema fundiário. "Desde a edição do Estatuto da Terra, em 1964, patrocinado pelo então presidente Castello Branco, nenhum governo manifestou tal desprezo pela questão agrária no



Amorim

Brasil", afirmou.

Amorim argumentou que o orçamento da União traduz literalmente essa posição, destinando apenas 0,6% dos recursos para o Incra executar suas funções, enquanto 42% do orçamento ficam engessados na dívida interna e R\$ 25 bilhões "são derramados no sistema financeiro".

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

Previsão dos trabalhos para a semana

Terça-feira (23.04.96)

10h - Sessão Especial do Senado

Pauta: Homenagem ao 36º aniversário de Brasília e do jornal *Correio Braziliense*.

14h30 - Sessão Ordinária Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 61/95, que permite a admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades brasileiras (segundo dia de discussão, em segundo turno).

COMISSÕES

Terça-feira (23.04.96)

10h - Comissão Especial destinada à elaboração dos projetos de lei reguladores do texto constitucional alterado pelas Emendas Constitucionais nºs 5, 6, 7, 8 e 9/95.

Pauta: Acolhimento de sugestões para a programação definitiva dos trabalhos da comissão e assuntos diversos. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

14h30 - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.376/96, que dispõe sobre a responsabilidade solidária de controladores de instituições financeiras.

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

CHACINA NO PARÁ

Ninguém está livre de culpa pela tragédia, afirma Cabral

Senador atribui aos três Poderes a responsabilidade pela situação que levou ao confronto entre os sem-terra e a Polícia Militar



Casildo Maldaner

Maldaner: solução é desenvolver o interior do país

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou que "o Brasil está de luto" pela chacina de trabalhadores sem terra no Pará. O senador disse que quando foi governador de Santa Catarina também teve que conviver com o problema agrário, mas sempre procurou evitar o "derramamento de sangue".

Para Maldaner, é preciso interiorizar o desenvolvimento para que o país consiga um equilíbrio na distribuição dos bens entre pessoas e entre regiões. "Estamos diante de um grave problema social do qual não podemos fugir", destacou.

DESENVOLVIMENTO

O senador sugeriu, então, que o governo, ao invés de fechar as agências do Banco do Brasil, deveria incentivar, pagar melhor aos seus funcionários que patrocinassem "diques de desenvolvimento" no interior do país. Casildo Maldaner entende que o banco estatal, trabalhando junto com a comunidade, tem condições de fomentar novas possibilidades de desenvolvimento. Em apertes, ele foi apoiado pelos senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Ernandes Amorim (PMDB-RO).

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) afirmou sexta-feira que ninguém está isento de culpa pela tragédia do Pará, atribuindo tanto ao Executivo quanto ao Judiciário e ao Legislativo responsabilidade pela situação que levou ao massacre dos trabalhadores sem terra em Eldorado dos Carajás.

Lamentando o ocorrido, o senador lembrou que há cinco anos ele já chamava a atenção para o problema dos sem-terra, indicando que a questão seria mais de natureza social do que policial. Cabral disse que há 42 anos, quando ainda



Bernardo Cabral

freqüentava a faculdade, a reforma agrária já era tema de discussões. Ele citou ainda declarações do presidente do Supremo Tribunal Federal, Sepúlveda Pertence, questionando a vontade política do governo de resolver o problema.

Para Bernardo Cabral, a responsabilidade do Legislativo

se caracterizaria pelo engavetamento de projetos de reforma agrária, que não encontram seqüência de tramitação. O senador acentuou que a culpa do Judiciário estaria na sua lentidão em punir os culpados de massacres anteriores, lembrando o termo "tardinha" que Rui Barbosa teria utilizado para descrever a Justiça brasileira, "por ser tardia e custar muito dinheiro".

Cabral disse não acreditar que o governador Almir Gabriel tenha ordenado o massacre, mas reconheceu que os respingos da tragédia não deixarão de atingir o governador.

Alcântara: governador não pode ser responsabilizado

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou que o governador do Pará, Almir Gabriel, não pode ser responsabilizado pelo conflito entre trabalhadores sem terra e a polícia, ocorrido em Eldorado dos Carajás.

Ele destacou as preocupações do governador com as questões sociais, das quais, frisou, deu mostra durante



Lúcio Alcântara

sua passagem pelo Senado, e lamentou que "uma tragédia dessas ocorra justamente com alguém que não aceita esse tipo de atitude".

Alcântara defendeu a descentralização da reforma agrária, por entender que os estados e municípios devem compartilhar com a União a sua implantação.

"O Incri, por mais competente que seja e por mais qualificado que sejam os seus técnicos de Brasília, não pode cuidar de reforma agrária", afirmou.

Massacre resulta da acumulação de problemas sociais, diz Arruda

O senador José Roberto Arruda (PSDB/DF) disse que o massacre de trabalhadores rurais no Pará é fruto da acumulação de problemas sociais durante os últimos 30 anos da vida brasileira. Ele afirmou que esses problemas deságuam no governo Fernando Henrique, que desperdiçou na população a expecta-

tiva de que os conflitos seriam solucionados de forma rápida.

- Aquelas cenas que as emissoras de televisão mostraram não podem acontecer em solo brasileiro. Se somos diferentes de tantos outros países do mundo é porque, embora com tantos e graves problemas sociais, vínhamos convivendo e buscando soluções pacifica-



José Roberto Arruda

mente, porque falamos a mesma língua, porque somos um país de miscigenação de raças, somos um país da convivência pacífica entre desiguais - assinalou José Roberto Arruda.

Júlio Campos denuncia "favelização" de Brasília

Senador acusa os últimos governos do Distrito Federal de terem sido especialmente coniventes com as invasões e com a migração predatória, e pede solução para a capital do país



Lauro Campos

Lauro cobra 46% de reajuste para servidor público

O senador Lauro Campos (PT-DF) defendeu reajuste de 46 por cento para os funcionários públicos e condenou os privilégios que, segundo afirmou, o governo federal concede aos banqueiros falidos, através do Proer. O senador disse que o propósito do governo é o de rotular de incompetentes os funcionários para achatá-los seus vencimentos.

Reportando-se às crises por que passa a nação, com ênfase para o massacre de sem-terra no Pará e o desemprego, ele disse que, "ao invés de reempregar os trabalhadores que o sistema capitalista põe na rua, impiedosamente e de forma crescente, o governo também desemprega".

- Brasília está sendo destruída pelas consequências do Plano Real. O desemprego no Distrito Federal já atinge a taxa de 16 por cento, superior à do estado de São Paulo - acrescentou.

O senador Júlio Campos (PFL-MT) denunciou sexta-feira a favelização de Brasília, e pediu ao governo do Distrito Federal providências para acabar com o processo de degradação urbana da capital do país. "Não podemos assistir calados à lenta, porém persistente, transformação de Brasília em uma cidade de segunda classe", afirmou. Segundo o senador, os últimos governos do DF foram especialmente coniventes com as invasões e com a migração predatória.

Para Arruda, cidade reduz desigualdades entre regiões

A vocação da capital do país é a de interiorizar o desenvolvimento nacional, para diminuir as desigualdades entre as regiões e entre as classes sociais brasileiras. A observação foi feita pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), ao destacar, na sexta-feira, os 36 anos de fundação de Brasília, que serão comemorados em sessão solene do Senado prevista para amanhã.

- Cumprimento a todos os

Em discurso sobre o 36º aniversário de Brasília, comemorado ontem, Júlio Campos lembrou que a construção da cidade permitiu o desenvolvimento de pólos antes isolados, como Goiânia e cidades de Mato Grosso. Ele disse que Brasília é considerada patrimônio da humanidade pela Unesco e é a vitrine do progresso, do desenvolvimento e da determinação nacional.



Júlio Campos

- É o retrato da capacidade do brasileiro de projetar e construir. Brasília significa tudo isso. A cidade, que soube sobreviver aos furores da política, não pode fenecer por causa do descalço, da negligência ou do interesse político menor - concluiu Júlio Campos, que foi apartado pelo senador Lauro Campos (PT-DF).

Carlos Wilson quer solução para banco de Pernambuco

O senador Carlos Wilson (PSDB-PE) anunciou sexta-feira que não apoiará "nenhuma rolagem de dívida de bancos como o Banespa ou qualquer outra instituição financeira" enquanto não for resolvido o problema do Banco Mercantil de Pernambuco, colocado sob intervenção na mesma época do Banco Econômico.



C. Wilson

- Não estou fazendo apologia da política do é dando que se recebe, não estou dando com uma mão para receber com a outra; estou apenas pedindo que seja dado tratamento igualitário à questão do Banco Mercantil - disse, lembrando sua condição de adversário político do proprietário do banco nas últimas eleições.

- Não estou fazendo apologia da política do é dando que se recebe, não estou dando com uma mão para receber com a outra; estou apenas pedindo que seja dado tratamento igualitário à questão do Banco Mercantil - disse, lembrando sua condição de adversário político do proprietário do banco nas últimas eleições.

Suassuna: saída para Nordeste é turismo

Cem mil turistas lotaram na semana passada todos os hotéis, pensões e casas de família de Campina Grande, onde se realiza a Micarang, um carnaval fora de época, informou



Ney Suassuna

o senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

Para ele, o evento mostra que a saída para o Nordeste, "onde o clima tem sido irregular há muitos anos, está no turismo".

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Heilival Rios ■ Coordenador de

Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade

■ Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amaral

■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impressão no Centro Gráfico do Senado Federal